



Comprovante de Publicação

Nº: 25244

Data/Hora Veiculação: 28/04/2015 16:02

Ato: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO FINANCEIRO 2014

Assunto: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Tipo: Demonstrações Contábeis

Órgão 1: COHAB Araucaria - Companhia Municipal de Habitação de Araucária

Ementa: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO FINANCEIRO 2014: BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

Identificação:

1329/2015

Data Publicação :

29/04/2015

Completo

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores em Reais) COMPANHIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE ARAUCÁRIA Araucária -PR BALANÇO PATRIMONIAL Em Reais A TIV O R\$ NOTA CIRCULANTE Caixa e Equivalentes de Caixa Adiantamentos a Funcionários e Fornecedores Tributos a Recuperar Outros Direitos Realizáveis 4 NÃO CIRCULANTE 31/dez./14 31/dez./13 3.707.850,34 3.050.637,50 3.704.410,31 2.451,70 53,83 934,50 3.048.371,55 1.311,68 0,00 954,27 157.246,37 177.775,91 0,00 22.704,60 0,00 22.704,60 DIREITOS REALIZÁVEIS Depósitos Judiciais IMOBILIZADO 5 156.707,44 155.071,31 INTANGÍVEL 5 538,93 0,00 3.865.096,71 3.228.413,41 TOTAL DO ATIVO PA S S I V O E PA TRIM Ô N I O L Í Q U I D O R \$ 31/dez./14 CIRCULANTE Fornecedores Obrigações Sociais e Trabalhistas Obrigações Fiscais e Tributárias Provisão p/Férias e Encargos Outras Obrigações PATRIMÔNIO LÍQUIDO 6 Capital Realizado Ajustes de Exercícios Anteriores Lucros Acumulados TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO 31/dez./13 130.749,56 144.901,32 5.362,23 11.756,89 6.598,67 92.427,32 14.604,45 21.099,49 35.668,22 25.698,20 53.114,79 9.320,62 3.734.347,15 3.083.512,09 2.600.000,00 19.713,30 1.114.633,85 2.600.000,00 0,00 483.512,09 3.865.096,71 3.228.413,41 (As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis) COMPANHIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE ARAUCÁRIA Araucária -PR DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Em Reais R\$ NOTA Períodos 01/jan./14 01/jan./13 a a 31/dez./14 31/dez./13 RECEITA OPERACIONAL BRUTA 491.458,08 507.366,71 Arrecadação de Loteamentos 491.458,08 507.366,71 (17.920,79) (18.551,40) (17.920,79) (18.551,40) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA 473.537,29 488.815,31 LUCRO BRUTO 473.537,29 488.815,31 DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS 210.987,38 590.469,22 (2.347.863,94) (2.957,05) 149.139,47 2.412.668,90 (1.882.267,03) (2.482,42) 159.218,67 2.316.000,00 684.524,67 1.079.284,53 (53.402,91) (54.981,24) 631.121,76 1.024.303,29 (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA Impostos e Contribuições Despesas Gerais e Administrativas Despesas Tributárias Resultado Financeiro Líquido Outras Receitas e Despesas 7 RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL IR E CS CORRENTES 10 LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis) COMPANHIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE ARAUCÁRIA Araucária -PR DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Método Indireto) Em Reais Períodos 01/jan./14 01/jan./13 a a 31/dez./14 31/dez./13 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (Prejuízo)/ Lucro Líquido do Exercício 631.121,76 1.024.303,29 Ajustado por: Depreciação/Amortização Provisões p/ Férias e Encargos Ajustes de Exercícios Anteriores Resultado Ajustado 7.309,37 54.862,88 39.312,53 53.114,79 19.713,30 0,00 697.456,96 1.132.280,96 (Aumento)/Redução dos Ativos: Tributos a Recuperar (53,83) 0,00 19,77 (255,63) Fornecedores (15.737,26) 1.307,15 Obrigações Sociais e Trabalhistas (23.911,33) 7.975,84 Obrigações Fiscais e Tributárias (19.099,53) 1.950,02 0,00 (959,87) 638.674,78 1.142.298,47 Aplicações no Imobilizado (9.484,43) (23.366,50) Adiantamentos a Funcionários e Fornecedores (1.140,02) 0,00 Cauções e Depósitos 22.704,60 0,00 12.080,15 (23.366,50) 5.283,83 0,00 5.283,83 0,00 656.038,76 1.118.931,97 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 3.048.371,55 1.929.439,58 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO 3.704.410,31 3.048.371,55 Outros Direitos Realizáveis Aumento/(Redução) dos Passivos: Outros Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO Adiantamentos de Clientes Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis) COMPANHIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE ARAUCÁRIA Araucária -PR DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Em Reais EVENTOS SALDOS INICIAIS EM 01 DE JANEIRO DE 2012 CAPITAL SOCIAL REALIZADO Capital a Integralizar RESERVAS DE LUCROS SUBSCRITO CAPITAL A INTEGRALIZAR LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS 2.600.000,00 0,00 Lucro Líquido do Exercício SALDOS FINAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 2.600.000,00 0,00 Lucro Líquido do Exercício Ajuste de Exercícios Anteriores SALDOS FINAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 2.600.000,00 0,00 TOTAIS (540.791,20) 2.059.208,80 1.024.303,29 1.024.303,29 483.512,09 3.083.512,09 631.121,76 631.121,76 19.713,30 19.713,30 1.134.347,15 3.734.347,15 (As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis) COMPANHIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE ARAUCÁRIA CNPJ 07.374.555/0001-42 Araucária ? PR NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores em Reais) NOTA 1. INFORMAÇÕES GERAIS Contexto Operacional A Companhia Municipal de Habitação de Araucária - COHAB é uma empresa pública de direito privado, criada pela Lei Municipal nº 1559/05 de 19/04/2005, é regida por

Estatuto Social criado pelo Decreto Municipal n.º 19207/05 de 01/06/2005 tendo como finalidade a execução de serviços públicos, competindo-lhe. Formular, executar e fomentar a política de desenvolvimento sustentado na área de habitação popular, traçando as diretrizes da política habitacional; Executar, promover e gerenciar o sistema de habitação; Desenvolver e implementar os projetos de loteamentos sociais; Produzir e comercializar unidades habitacionais de interesse social, obedecidas as normas e critérios estabelecidos pelo governo municipal e pela legislação federal; Implantar programas de urbanização e/ou reurbanização de áreas ocupadas por habitações precárias; Promover a regularização fundiária e urbana; Apoiar e executar programas e projetos de desenvolvimento comunitário; Apoiar áreas para fins sociais, bem como planejar, produzir e comercializar unidades habitacionais especialmente destinados à população de baixa renda, obedecidas as diretrizes estabelecidas pelo Governo do Município, Estado e da União. NOTA 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO As demonstrações contábeis individuais foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa ?3?.

2.2 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e depósitos bancários à vista realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização e estão divulgadas na nota explicativa ?4?.

2.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.3.1 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico.

2.3.2 COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4 IMOBILIZADO O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, conforme as taxas descritas na nota explicativa ?5?. Os ganhos e as perdas de alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos", na demonstração do resultado.

2.5 INTANGÍVEL Está demonstrado ao custo histórico, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas em função do prazo de fruição do bem, em consonância com a legislação societária e fiscal, conforme descrito na nota explicativa ?5?.

2.6 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

2.7 ? DEMAIS ATIVOS E PASSIVOS Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base ?pro-rata die?.

2.8 PROVISÕES As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributário) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa ?9?.

2.9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco, conforme descrito na nota explicativa ?10?.

2.10 APURAÇÃO DO RESULTADO E RECONHECIMENTO DA RECEITA O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, com exceção da receita de venda que é reconhecida no resultado do exercício pelo regime de caixa. A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de unidades habitacionais no curso normal das atividades da Companhia.

NOTA 3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS Com base em premissas, a Companhia faz estimativas

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O procedimento adotado para elaboração do trabalho está direcionado especificamente as regras da contabilidade comercial, excluindo qualquer vinculação a contabilidade pública que é encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná para consolidação dos recursos públicos envolvidos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião da auditoria Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Municipal de Habitação de Araucária ? COHAB, em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, não foram anteriormente auditados por outros auditores independentes. Araucária (PR), 15 de abril de 2015. A.Roberto Tencyzna - ME Antonio Roberto Tencyzna CRC ? PR - 043581/O-0